

Prefácio a Ernesto Português. *Cadernos de contas de um barbeiro. MEMÓRIAS DE MONÇÃO*¹

Justino Magalhães

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

1. Várias razões levam a compreender a importância da cultura escrita no conceito de humanidade, no desenvolvimento histórico e, em consequência, também no quotidiano, no particular, na vida de cada um. Desde há mais de três séculos que entre a escrita e a realidade se mantém um mesmo tipo de relação: a actividade económica e política do Estado; a justiça e os negócios (contratos em geral passaram a ser objecto de formalização e registo escritos). Desde o Concílio de Trento que em toda a Cristandade as paróquias dispõem de registos de nascimento, casamento e óbito, como também de Rol de Confessados (*Livro de Desobriga*).

Na gestão do seu negócio, na fixação do seu testamento, na organização e controlo das compras e vendas, empréstimos, créditos e fianças, contratos vários, os comerciantes, os proprietários de bens fundiários ou de oficinas faziam uso da escrita, autográfica, quando capacitados para tal, ou pagavam a escrivães e a outros oficiais, sempre que se tratava de matéria específica ou os próprios não tinham habilitação. Os assuntos públicos como os assuntos privados passaram a ser vertidos e registados por escrito e em formato convencional. Sob a modalidade de impresso ou de manuscrito, a formalização da escrita originou diferentes tipos de escrituração.

A modernização, com maior incidência nos séculos XIX e XX, decorreu sob o signo da escrita. Desde final da Idade Moderna são praticados os mesmos domínios da escrita: escrita verbal/ gráfica/ alfabética; escrita musical; escrita pictográfica; escrita matemática/ contabilística. Correlativamente, a ciência e a escola, recriando a base curricular humanística, usaram regularmente a escrita, como meio de conhecimento, informação/ comunicação, mobilização. Quer nos assuntos públicos, quer nos assuntos privados, a epistolografia difundiu-se como meio regular de informar/ comunicar/ contratar.

A escrita apresenta modalidades e a sua prática comporta níveis de execução. A distinção entre escrita e escrituração não respeita apenas ao público e ao privado, refere-se também ao individual e ao colectivo, ao técnico, ao especializado, ao ofício. Os níveis de execução reflectem e afeiçoam-se a hegemonias, normas e graus de desempenho. A

¹ Publicação: Português, Ernesto (2010). *Cadernos de contas de um barbeiro. Memórias de Monção*. Monção: Câmara Municipal de Monção, p. 9-15

manifestação mais corrente, a que tolerou maior diversidade de traço, desde a elementaridade (que, em alguns casos, baixou à sigla letrada e à não-letra - cancela, marca, sinal) até uma pessoalização, cuja ornamentação se opunha totalmente à fluência cursiva, foi a assinatura.

Falar de escrita é ter subjacente a leitura. Se ficaram preservados registos escritos e não memórias de leitura, tal não comprova que havia tantos leitores quantos os escreventes, ou quantos os assinantes. Ao conferir propriedade e autenticidade, a assinatura assumiu do ponto de vista sociológico e antropológico uma ponte entre a escrituração (formal, enunciativa, anódina) e a escrita (autenticada, reconhecida, representativa). É também um indício da capacitação literária, uma vez que a capacidade de assinar constituiu o limiar do universo da cultura escrita, assegurando que tais indivíduos entendiam as mensagens escritas, lidas ou ouvidas, e como tal subscreviam e subscreviam-se nas implicações decorrentes de tal pertença. A assinatura concretizou a ligação entre a escrituração e a escrita. Confiantes no seu escrivão, no seu escriturário, no seu notário, as pessoas liam ou ouviam ler a mensagem (a carta, a escritura, o contrato) e assinavam – eram leitores-assinantes. No contraponto da escrituração estava a leitura, pelo que foi a capacitação para a escrita que verdadeiramente caracterizou e determinou a sociedade letrada.

Os alfabetizados puseram em curso diversas práticas de escrita, tendo sido usual uma escrituração de quotidiano, referida aos mais diversos temas e sob as mais diversas formas de registo, e frequentemente como apontamento apostado ou sobreposto ao enunciado formal. Dessa escrita há múltiplas manifestações nos arquivos nacionais, municipais, diocesanos, notariais, judiciais, contabilísticos. Mais raros foram os casos em que a ordenação e a formalização profissional tiveram uma réplica directa na escrita integrativa do quotidiano, alimentada por temas e assuntos nacionais, comunitários, familiares, mediando e projectando a esfera pessoal na memória colectiva. Particularmente notável é o caso que Ernesto Português aqui publica: três gerações, um mesmo referente, um mesmo *locus*. Um mesmo móbil?

2. São duas, as minhas ligações ao presente trabalho. A primeira reside na amizade e apreço que, de há mais de uma dezena de anos, nutro pela pessoa e pela produção intelectual de Ernesto Português. A segunda prende-se com o reconhecimento do valor patrimonial e histórico dos escritos de António Sá Vieira, comerciante de jornais e de papelaria e industrial de barbearia, na Vila (hoje cidade) de Monção, bem assim como pelo do seu filho, Clemente Vieira, zelosamente conservados por Clemente Lira Viera, neto e filho daqueles, que não tendo prosseguido a escrita, lia, narrava e exhibia com o maior orgulho e o maior apreço a privilegiado herança que lhe haviam legado. Esta segunda razão dá alento e gratifica o meu particular interesse em conhecer as diferentes formas e manifestações de aculturação e de sociabilidade através da escrita. A percepção do valor científico destes escritos, aliada à circunstância de

serem muito raros testemunhos com esta longevidade e com esta sistematicidade, fazem *jus* à minha determinação de pugnar pela sua preservação, inscrevendo-os como património escrito com interesse para a memória colectiva, e cujo valor histórico justifica que os seus autores sejam preservados do esquecimento - esse terrível corolário da lei da morte.

Oficial de barbearia, no seu quotidiano, António Sá Vieira (1857-1938) foi sobrepondo uma escrita pessoal aos registos da sua actividade profissional (cruzou e matizou os registos officiosos de compra, venda e crédito, com um noticioso, preenchido por acontecimentos políticos de âmbito local, regional e nacional; como também de comentários). São palimpsestos que matizam registos de diversa natureza, e cuja desordem dá curso a uma idiossincrasia com o quotidiano. Transmitem uma representação fílmica, disforme e alquímica, do núcleo e do *locus* onde se cruzaram e sobrepõem vidas, referências, acontecimentos, notícias, boatos, receios, memórias, tratos. Cada página da agenda ou do livro de contas documenta o movimento económico e financeiro arrolado na identificação dos clientes; retrata a mediação que, implícita ou explicitamente, estes industriais de barbearia, papeleiros e vendedores de jornais, cidadãos, estabeleciam com colectivo cívico, vicinal e de amigos, coevo ou vindouros; mas dá também sentido a uma ego-escrita noticiosa e afectiva, familiar e pessoal. Estes registos contêm e representam uma mesologia, essa zona cartográfica e cognitiva onde a exterioridade se cruza e alimenta um interior informado, sentimental, angustiado e inquieto, mas também onde o público se torna notícia e ganha significado, através da realização do privado.

Comerciante de jornais e de papelaria, o barbeiro António Sá Vieira tinha a soberania de um espaço público, onde parodiavam, de forma indiscriminada, as diferentes figuras e os distintos protagonistas, actualizando, dia-a-dia, ano a ano, época a época, a informação, o comentário e o debate sobre uma multiplicidade de assuntos - desde os mais relevantes aos mais fúteis, desde o comprovado ao boato, desde o virtuoso ao maledicente. O longínquo chegava pelos jornais, pelos viajantes e pelos emigrados; o regional chegava pelos feirantes, romeiros a caminho de Santiago, fornecedores e propagandistas; o próximo e o actual eram alimentados pelos vizinhos e pelos clientes diários. Era o *pathos*, constituído por este denso e caótico universo e por esta atmosfera informante e subtil para o bem-estar e a sobrevivência da sua empresa e do seu negócio, que António Sá Vieira punha em ordem quando retomava a sua escrita: sequenciado, indexado cliente a cliente, negócio a negócio, o apontamento contabilístico tinha seu ritmo e sua fórmula, os restantes assuntos eram filtrados e hierarquizados conforme aquele homem, avisado e responsável por um serviço público, entendia por bem registar, assinalar, rasurar, ou tão só comentar, sob a forma de desabafo, para seu descanso interior.

Com Clemente Vieira (1897-1979), que foi correspondente de alguns jornais, os registos passaram a apresentar a formalização de notícia, deles constando, em regra, um título apelativo, o local, a data, os protagonistas e o relato sumário do acontecimento. Em alguns

apontamentos, quer da sua vida privada, quer de assuntos que lhe foram próximos, há referências e cronologias sobre episódios anteriores.

Quer pela temática, quer pela sistematicidade e regularidade, a colecção de Agendas e Cadernos contabilísticos ficaram associados uma relativa formalização, tornando-os registos inteligíveis e portadores de um noticioso plausível, posto que contêm “sinais do real”, que podem ser cruzados com outras fontes coetâneas. Legados por António Sá Vieira e por seu filho Clemente Vieira, tais documentos têm um indiscutível valor memorialístico, cabendo ao historiador transformá-los em fonte histórica, portadores da memória colectiva de Monção. Daquela relevância se deu conta, em tempo oportuno, o Presidente da Câmara de Monção, iniciando um processo de preservação daqueles materiais, em lugar consultável. Do árduo labor de convertê-los em fonte histórica se tem vindo a ocupar com o mais elevado esmero Ernesto Português, que colectou e classificou as diversas peças museológicas e arquivísticas, leu e comentou os distintos registos, tem vindo a publicar estudos historiográficos centrados nesta fonte.

3. António Sá Vieira e posteriormente seu filho, cuja profissão lhes domou a mão e aguçou o verbo, entreteceram uma escrita autográfica que reflecte uma orientação oficiosa, mas se centra no seu mundo. A autografia é uma modalidade de escrita que os autores usaram para apoio à sua memória e às suas emoções, e para comunicarem consigo e com os outros. Escrita de quotidiano, ou escrita ordinária, como também já se lhes chamou, alterna com a celebridade, a solenidade, o formalismo da escrituração. É uma escrita que ficou manuscrita, porque o seu *ductus*, o seu cursivo, cruzam e reflectem a maneira de ser do autor. Escrita vincadamente autoral, a autografia tem no manuscrito o seu campo, a sua natureza e a sua manifestação, por excelência

Destes cursivos autográficos, a memória escolar é muito diminuta, pois que bem cedo a pragmática escolar se fixou no caligráfico, no normalizado. O caligráfico escolar tornou-se uma pragmática e um estilo – o escolar. Ora a escrita de António Sá Vieira é, tal como a assinatura, um cruzamento, uma produção híbrida que ao auto-referenciar-se escapa, e em parte supera, o anódino caligráfico escolar. O seu autor combina, no mesmo sujeito e no mesmo livro, escrita formal/ escrituração com contabilidade, com memória e emoção, num mesmo quadro em que mistura assuntos oficiais com assuntos privados, às vezes íntimos. Bem menos criativo, o caligráfico escolar de Clemente Vieira ganha em formalismo o que perde em intimismo e em revelação interior. Dos registos de Clemente Vieira ressalta uma sistemática, organizada sob a forma de cronologia do dia-a-dia.

Em vários momentos, os historiadores se têm interrogado sobre a escrita privada: seu significado, sua originalidade, sua autenticidade. Havia entre os nobres de raiz judaica a tradição

do *Livro de Família*. Cabia ao herdeiro masculino assumir a responsabilidade e o compromisso de salvaguardar para a posteridade a menção dos assuntos e dos acontecimentos que no seu governo tinham afectado directa ou indirectamente o destino familiar e genealógico. Pela sua regularidade, no sentido longitudinal, e também pelo seu formalismo, tal fonte escrita tem sido trabalhada como género de escrita, ao lado, por exemplo, do tabelionato. São uma tradição e uma fonte pouco habituais em Portugal, ainda que haja outras manifestações escritas que, sem aquela monumentalidade, dêem cobertura à memória familiar. É pela componente de oficialidade que o *Livro de família* tem sido utilizado pelos historiadores; sendo um livro oficioso, ainda vincadamente memorialista, ele foi frequentemente usado como testemunho, pelos tribunais e pela justiça ordinária.

Escrito sob uma tónica predominantemente memorialística, o diário tem sido trabalhado pelos historiadores como documento principal para a ego-história. Enquanto a escrita de Clemente Vieira se sustenta numa cronologia, comprovada e documentada, a escrita de António Sá Vieira aproxima-se de um ego-documento. Nesta última há dados oficiosos, há dados sócio-culturais (comunitários), um quase-colectivo, mas há também dados pessoais, há opinião, comentário. Os depoimentos de António Sá Vieira contêm um destinatário, ainda que implícito; ele sabia muito mais do que disse, e em outros momentos disse aquilo que outras fontes coetâneas ocultaram ou negligenciaram. António Sá Vieira cruza a vida pessoal com a vida de um colectivo. Não se ateve ao inventário e ao relato de acontecimentos: reordenou-os; hierarquizou-os; fez factos históricos; construiu o tempo.

Múltiplos desafios se levantam ao historiador quando faz uso deste tipo de fontes: como respeitar a privacidade e a intimidade face e no interior de uma escrita noticiosa, de uma escrita de negócios, de uma escrita de prova; como cruzá-la com outras fontes, uma vez que ela gerou e legitimou a sua própria factologia; como trasladá-la e vertê-la para a narrativa histórica, uma vez que, por exemplo, a sua informalidade, a sobreposição de registos, as eventuais falhas na linguagem, são de si mesmas prova de autenticidade?

4. Ernesto Português publica agora sob a forma de livro *Cadernos de contas de um barbeiro. MEMÓRIAS DE MONÇÃO*, onde procura inventariar o que de mais significativo se lhe afigura nos cadernos de António Sá Vieira e de Clemente Vieira. Poder-se-ia ter restringido aos aspectos profissionais (agenda-contabilidade), a aspectos pessoais e intimistas, ou ao noticioso local, nacional e internacional. Mas teve o (bom) senso de perspectivar a sua observação e a sua análise a partir da História Local. Assim, foi-lhe possível registar planos de observação, acontecimentos, olhares críticos e multifocados, que resgatam e valorizam a associação e o cruzamento entre o privado e o público, ou melhor, que constroem o público.

Com efeito, o público (ao contrário do privado) não se torna público apenas através do noticioso. O público é uma construção.

É como memória colectiva que a história existe. Não é possível a história do intimismo, da privacidade. Há história do privado se com regras de utilização, fontes comprováveis e uma narrativa inteligível e comunicativa. Enquanto ciência, a história constrói e narra o público, o social, o socializável, que, sendo-o, se converte em propriedade e identidade do(s) colectivo(s). Este é o sentido de utilização dos escritos de António de Sá Vieira (barbeiro e papeleiro) como fonte historiográfica. Eles constituem uma memória colectiva, que o labor do historiador, no caso Ernesto Português, converte em história. A historiografia é, em boa parte, a conversão da memória individual em memória colectiva, e desta em história. A utilização de documentos de foro privado tem de obedecer a critérios conceptuais, heurísticos, hermenêuticos; tem de obedecer a uma análise, com recurso a parâmetros e a critérios epistémicos, rigorosos, profissionais.

No processo historiográfico, uma das principais entradas são os temas; outra é a do tempo. De que fala António Sá Vieira? Falando de si e dos outros, ou dos outros por referência a si, documenta uma época, uma região, uma comunidade. Voz autorizada num foro público onde cruzavam os protagonistas do seu tempo, tendo vivido num tempo de aceleração da história, e tendo testemunhado mudanças políticas e técnicas irreversíveis (um tempo em que o jornal e, logo após, o telégrafo e o telefone se afirmavam como meios fundamentais de informação e comunicação), António Sá Vieira, que vendia jornais, e que também era correspondente local de vários jornais, designadamente de *O Século* e de *O Primeiro de Janeiro*, cedo adoptou a preocupação do noticioso, do documentário, mas também do comentário. Através dos seus livros (agendas), ficamos a saber uma infinidade de coisas, que o seu juízo, curioso e avisado, entendeu dever legar-nos. Somos conduzidos pela sua curiosidade, mas também pela sua ética e perspicácia, pela sua óptica, em suma. A partir da sua loja, a partir da Praça Central de Monção, assumiu-se como um homem público. Investiu-se de um olhar colectivo. Enquanto correspondente jornalístico, define acontecimentos, narra-os com precisão de data, por vezes hora e duração, protagonistas e intervenientes. Mas também não se inibe de fazer apreciações, balanços e comentários.

Sábia e sensatamente, Ernesto Português, havendo percebido as virtualidades e as potencialidades desta fonte, emprestou-lhes o apurado labor técnico de um historiador experimentado que não enjeita, nem menoriza nenhuma das fases do seu ofício: colectou rigorosamente as fontes, leu-as, catalogou-as, sistematizou-as na sua internalidade (temáticas, categorias, conceitos); confrontou-as, no quadro da História Local, com outras fontes oficiais e não oficiais; avançou para a escrita de artigos. E agora, finalmente, traz a público o que de mais precioso lhe parece existir no legado destes seus concidadãos. Ficam assim os leitores bem mais

enriquecidos, com a leitura que Ernesto Português lhes organizou, sobre uma multiplicidade de temas e de assuntos, alguns marcados pelo insólito que só a experiência de cada um consegue perceber. Mas ficam também devedores de preito de cidadania e de humanidade àqueles dois homens que, através da escrita, se integraram na cadeia da história, ligando passado e futuro.

Ernesto Português alia a regularidade ao rigor científico. Que esta obra seja tão agradável e útil a todos os leitores, quanto o é para mim.

Lisboa, Março de 2010

Justino Magalhães.